

FABRÍCIO DE OLIVEIRA BARROS

SUPER-REVISÃO DE CONTABILIDADE PARA CONCURSOS

Edição 2013

CONTABILIDADE GERAL TEORIA E QUESTÕES COMENTADAS

Conteúdo:

- Teoria da Contabilidade
- Demonstrações Financeiras
- Contabilidade Comercial
- Contabilidade de Custos
- Análise das Demonstrações Financeiras
- Questões de Concurso Comentadas*



Siga os autores no twitter
para dicas e revisões

* Os comentários das questões são de responsabilidade da Editora Foco.



Na compra deste livro, **GANHE**, por sete dias, acesso ao curso de TRQO – Técnicas de Resolução de Questões Objetivas do IEDI, com o Prof. Wander Garcia

COMO PASSAR

Wander Garcia – Coordenador da Coleção

2013 © Fabrício de Oliveira Barros

Coordenador: Wander Garcia
Autor: Fabrício de Oliveira Barros
Revisão: Maria Rodrigues Martins
Editor: Márcio Dompieri
Capa e Projeto gráfico: R2 Editorial
Diagramação: R2 Editorial – Danielle David

**Ficha Catalográfica elaborada pelo
Sistema de Bibliotecas da UNICAMP / Diretoria de Tratamento da Informação**

Bibliotecário: Helena Joana Flipsen – CRB-8ª / 5283

G165c Barros, Fabrício de Oliveira.
Super-revisão : Contabilidade /
Fabrício de Oliveira Barros – Autor; Wander Garcia –
Coordenador da coleção. -- Indaiatuba : Editora Foco, 2013.
224 p.
1. Ordem dos Advogados do Brasil. 2. Direito. 3. Exames -
Questões. I. Título.
CDD - 340
- 371.261
ISBN 978-85-8242-000-3

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Ordem dos Advogados do Brasil	340
2. Direito	340
3. Exames - Questões	371.261

Direitos Autorais: as questões de concursos públicos, por serem atos oficiais, não são protegidas como direitos autorais, na forma do art. 8º, IV, da Lei 9.610/98. Porém, os comentários e a organização das questões são protegidos na forma da lei citada, ficando proibido o seu aproveitamento ou a reprodução total ou parcial dos textos. Os infratores serão processados na forma da lei."

Atualizações e erratas: a presente obra é vendida como está, sem garantia de atualização futura. Porém, atualizações voluntárias e erratas são disponibilizadas no site www.editorafoco.com.br, na seção *Atualizações*. Esforçamo-nos ao máximo para entregar ao leitor uma obra com a melhor qualidade possível e sem erros técnicos ou de conteúdo. No entanto, nem sempre isso ocorre, seja por motivo de alteração de software, interpretação ou falhas de diagramação e revisão. Sendo assim, disponibilizamos em nosso site a seção mencionada (*Atualizações*), na qual relataremos, com a devida correção, os erros encontrados na obra. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para contato@editorafoco.com.br.

2013

Proibida a reprodução total ou parcial.
Os infratores serão processados na forma da lei.

Todos os direitos reservados à
Editora Foco Jurídico Ltda
Al. José Amstalden 491 – Cj. 52
CEP 13331-100 – Indaiatuba – SP
E-mail: contato@editorafoco.com.br

www.editorafoco.com.br

APRESENTAÇÃO

A experiência diz que aquele que quer ser aprovado em um concurso público deve fazer três coisas: a) entender a teoria, b) ler a letra da lei, e c) treinar. As demais obras da coleção “Como Passar” cumprem muito bem os dois últimos papéis, pois trazem número expressivo de questões comentadas alternativa por alternativa, inclusive com a indicação de dispositivos legais a serem lidos. Porém, só o treinamento e a leitura de lei não são suficientes. É necessário também “entender a teoria”.

Por isso, a presente obra foi construída exatamente para cumprir esse papel: trazer pra você uma Super-Revisão da Teoria, possibilitando uma preparação completa para você atingir seu objetivo, que é a aprovação no concurso público.

O estudo da contabilidade para concursos garante ao candidato um grande diferencial na disputa por um cargo público. Isso porque é considerada por muitos uma matéria de grande complexidade. Garantir o conhecimento necessário para se sair bem na matéria exige do candidato um amplo conhecimento da ciência contábil. Daí a ideia de fazer um livro que além de questões comentadas contenha também a base teórica para respondê-las.

Estudando pelo livro você certamente estará mais preparado para enfrentar o momento decisivo, que é o dia do seu concurso.

Bons estudos e sucesso!

SUMÁRIO

1. TEORIA DA CONTABILIDADE	11
1.1. OBJETO DA CONTABILIDADE	11
1.2. OBJETIVO DA CONTABILIDADE	12
1.3. USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL	12
1.4. POSIÇÃO PATRIMONIAL	12
1.4.1. ATIVO	13
1.4.2. PASSIVO	13
1.4.3. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14
1.5. NATUREZA DAS CONTAS CONTÁBEIS	15
1.6. PARTIDAS DOBRADAS	17
1.6.1. APRESENTAÇÃO GRÁFICA DAS PARTIDAS DOBRADAS	20
1.7. APURAÇÃO DO RESULTADO	22
1.8. CLASSIFICAÇÃO DOS FATOS CONTÁBEIS	24
1.9. FÓRMULAS DE LANÇAMENTO	27
1.10. TEORIA DAS CONTAS	28
1.10.1. TEORIA PERSONALISTA	28
1.10.2. TEORIA PATRIMONIALISTA	30
1.10.3. TEORIA MATERIALISTA	30
1.11. CONVERGÊNCIA DA CONTABILIDADE BRASILEIRA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS	31
1.12. EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO COMENTADOS	31

2.1. PRINCÍPIO DA ENTIDADE	35
2.2. PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE.....	36
2.3. PRINCÍPIO DA OPORTUNIDADE	36
2.4. PRINCÍPIO DO REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL	37
2.5. PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA.....	40
2.6. PRINCÍPIO DA PRUDÊNCIA.....	41
2.7. EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO COMENTADOS.....	42

3.1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	47
3.1.1. DEMONSTRAÇÕES OBRIGATÓRIAS	47
3.1.2. BALANÇO PATRIMONIAL.....	49
3.1.2.1. COMPOSIÇÃO DO ATIVO.....	50
3.1.2.2. COMPOSIÇÃO DO PASSIVO EXIGÍVEL	53
3.1.2.3. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS.....	53
3.1.2.4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	53
3.1.3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE).....	57
3.1.3.1. TRATAMENTO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS.....	60
3.1.4. DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS (DLPA).....	62
3.1.5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)	64
3.1.6. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)	67
3.1.7. NOTAS EXPLICATIVAS	69
3.2. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS ITENS PATRIMONIAIS	70
3.2.1. ELEMENTOS DO ATIVO.....	70
3.2.1.1. DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	71
3.2.1.2. TESTE DE RECUPERABILIDADE (IMPAIRMENT).....	74
3.2.1.3. AVALIAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES.....	76
3.2.2. ELEMENTOS DO PASSIVO.....	80
3.3. EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO COMENTADOS.....	81

4.1.	LIVROS CONTÁBEIS	103
4.1.1.	LIVROS OBRIGATÓRIOS.....	103
4.1.2.	LIVROS ESPECIAIS	103
4.1.3.	LIVROS AUXILIARES	104
4.2.	TIPOS DE INVENTÁRIO.....	104
4.3.	AVALIAÇÃO DE ESTOQUES.....	105
4.3.1.	PEPS.....	105
4.3.2.	UEPS.....	107
4.3.3.	MÉDIA PONDERADA MÓVEL	108
4.3.4.	PREÇO ESPECÍFICO.....	110
4.4.	APURAÇÃO DO CMV NO INVENTÁRIO PERIÓDICO	110
4.4.1.	MOVIMENTAÇÃO ENTRE CONTAS DO ESTOQUE	110
4.5.	IMPOSTOS SOBRE COMPRAS.....	110
4.5.1.	CONTABILIZAÇÃO DOS IMPOSTOS RECUPERÁVEIS.....	111
4.5.2.	OUTROS IMPOSTOS NÃO RECUPERÁVEIS	111
4.6.	IMPOSTOS SOBRE VENDAS	112
4.6.1.	APURAÇÃO DO LUCRO BRUTO.....	112
4.6.2.	APURAÇÃO DO IMPOSTO A PAGAR (IMPOSTOS RECUPERÁVEIS).....	113
4.6.3.	TRATAMENTO DO ISS	113
4.7.	AÇÕES.....	114
4.8.	DIVIDENDO OBRIGATÓRIO	115
4.9.	DIFERENÇA ENTRE DUPLICATAS E NOTAS PROMISSÓRIAS	116
4.10.	DESCONTO DE DUPLICATAS.....	117
4.11.	TRANSFORMAÇÃO, INCORPORAÇÃO, CISÃO E FUSÃO.....	117
4.11.1.	TRANSFORMAÇÃO.....	117
4.11.2.	INCORPORAÇÃO	117
4.11.3.	CISÃO	118
4.11.4.	FUSÃO	118
4.12.	EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO COMENTADOS.....	119

5.1. TERMINOLOGIA DE CUSTOS INDUSTRIAIS	125
5.2. CLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS EM RELAÇÃO À APROPRIAÇÃO AOS PRODUTOS	127
5.2.1. CUSTOS DIRETOS	128
5.2.2. CUSTOS INDIRETOS	128
5.3. CLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS EM RELAÇÃO AO NÍVEL DE PRODUÇÃO	129
5.3.1. CUSTOS FIXOS	129
5.3.2. CUSTOS VARIÁVEIS	130
5.4. APURAÇÃO DO CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS (CPV) E DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	130
5.5. CUSTEIO POR ABSORÇÃO	131
5.5.1. ROTEIRO DO CUSTEIO POR ABSORÇÃO	131
5.5.2. DEPARTAMENTALIZAÇÃO	133
5.6. CUSTEIO VARIÁVEL	135
5.6.1. MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	137
5.6.2. LIMITAÇÕES NA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO	139
5.7. CUSTEIO ABC	142
5.8. CUSTO PADRÃO	142
5.9. RELAÇÕES CUSTO/VOLUME/LUCRO	143
5.9.1. PONTOS DE EQUILÍBRIO	144
5.10. EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO COMENTADOS	147

6.1. ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL	171
6.1.1. ANÁLISE HORIZONTAL	171
6.1.2. ANÁLISE VERTICAL	172
6.2. INDICADORES DE LIQUIDEZ	173
6.2.1. CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	173
6.2.2. CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO	174
6.2.3. ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE	174
6.2.4. ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA	177

6.2.5.	ÍNDICE DE LIQUIDEZ SECA/ÁCIDA.....	177
6.2.6.	ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL.....	178
6.3.	INDICADORES DE RENTABILIDADE.....	179
6.3.1.	RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	179
6.3.2.	RETORNO SOBRE O INVESTIMENTO TOTAL.....	181
6.3.3.	MARGEM DE LUCRO.....	181
6.4.	INDICADORES DE ESTRUTURA E ENDIVIDAMENTO.....	182
6.4.1.	IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	182
6.4.2.	PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS.....	182
6.4.3.	COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO.....	182
6.5.	ÍNDICE DE SOLVÊNCIA.....	182
6.6.	ALAVANCAGEM OPERACIONAL E FINANCEIRA.....	183
6.6.1.	GRAU DE ALAVANCAGEM OPERACIONAL.....	183
6.6.2.	GRAU DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA.....	183
6.7.	INDICADORES DO CICLO OPERACIONAL.....	184
6.7.1.	PRAZO MÉDIO DE ROTAÇÃO DOS ESTOQUES.....	184
6.7.2.	PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO DAS VENDAS.....	185
6.7.3.	PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO DAS COMPRAS.....	185
6.7.4.	ÍNDICE DE COBERTURA DE JUROS.....	186
6.8.	NECESSIDADE DE INVESTIMENTO EM GIRO.....	187
6.8.1.	DEFINIÇÃO DE ATIVO E PASSIVO CIRCULANTE CÍCLICO (OPERACIONAL).....	187
6.8.2.	FÓRMULA DA NECESSIDADE DE INVESTIMENTO EM GIRO.....	187
6.9.	EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO COMENTADOS.....	189



1. TEORIA DA CONTABILIDADE

Fabrício de Oliveira Barros

1.1. Objeto da Contabilidade

O objeto de estudo da Contabilidade é o **patrimônio**, que corresponde ao conjunto de Bens, Direitos e Obrigações referentes à azienda. Por azienda, entende-se toda entidade organizada passível de ter um patrimônio (Bens, Direitos e Obrigações), ou seja, são pessoas jurídicas com fins lucrativos, empresas informais, entidades sem fins lucrativos, empresas públicas, pessoas físicas e etc.

Os **bens** são itens avaliados em moeda capazes de satisfazer às necessidades das entidades, sejam essas pessoas físicas ou jurídicas.

Os **direitos** são os valores a receber de terceiros, gerados por meio de operações da entidade, e as obrigações representam as dívidas que a entidade contrata junto a terceiros.

Os **obrigações** são dívidas da empresa perante terceiros.

A seguir, estão apresentados exemplos de como o assunto é cobrado em questões de concursos públicos:

(Analista de Contabilidade - Perito/MPU – 2010 – CESPE) O patrimônio não é objeto de estudo exclusivo da Contabilidade, haja vista que ciências como a administração e a economia também se interessam pelo patrimônio, mas é a única que restringe o estudo do patrimônio a seus aspectos quantitativos.

O patrimônio é objeto de estudo exclusivo da Contabilidade. A economia estuda os fenômenos que envolvem a escassez e a administração estuda a atividade organizacional e empresarial. Apesar da clara correlação existente entre as três áreas, cada uma possui uma área de atuação distinta.

Gabarito: Errada

(Auditor Fiscal/SC – 2010 – FEPESE) O objeto da Contabilidade é:

- (A) o patrimônio das entidades.
- (B) a apuração do resultado das entidades.
- (C) o planejamento contábil das entidades.
- (D) o controle e o planejamento das entidades.
- (E) o fornecimento de informações a seus usuários de modo geral.

O objeto de estudo da Contabilidade é o patrimônio, que compreende os Bens, Direitos e Obrigações da entidade.

Gabarito "A"

1.2. Objetivo da Contabilidade

O objetivo principal da Contabilidade é permitir aos seus usuários uma avaliação da situação econômica e financeira da empresa, além de permitir fazer inferências sobre tendências futuras.

1.3. Usuários da Informação Contábil

Além dos usuários internos à empresa (administradores, gestores, etc) a Contabilidade também atende às necessidades dos usuários externos, sendo os principais:

- ✓ **Sócios (acionistas ou quotistas):** interessados principalmente em informações condensadas sobre a rentabilidade do investimento;
- ✓ **Emprestadores de recursos (bancos, financeiras, etc):** interessados sobre informações quanto à capacidade da empresa em honrar suas dívidas;
- ✓ **Governo:** interessado em apurar os dados referentes a tributos;
- ✓ **Integrantes do mercado de capitais:** interessados principalmente em informações sobre as empresas de capital aberto;
- ✓ **Fornecedores:** interessados em informações que lhes permitam avaliar se as importâncias que lhes são devidas serão pagas nos respectivos vencimentos.

Cada usuário possui um interesse distinto, que pode ser atendido tanto por informações genéricas que podem ser úteis também a outros usuários ou por informações elaboradas para atender necessidades específicas.

A seguir, um exemplo de como o assunto é cobrado em questões de concursos públicos:

(Fiscal de Tributos/Rio Branco-AC – 2007 – CESPE) As informações de finalidades genéricas na Contabilidade visam atender o maior número possível de usuários. Para relatórios de finalidade específica, é preciso selecionar as informações relevantes para os vários tipos de usuários, de acordo com os respectivos modelos de predição e tomada de decisões.

A Contabilidade possui diversos usuários, tanto internos (administradores, gerentes, etc.) como externos (acionistas, emprestadores de recursos, credores em geral, integrantes do mercado de capitais, etc.). Cada usuário possui um interesse distinto, que pode ser atendido tanto por informações genéricas que podem ser úteis também a outros usuários ou por informações elaboradas para atender necessidades específicas.

Gabarito: Correta

1.4. Posição Patrimonial

O objeto de estudo da Contabilidade (o patrimônio) é apresentado pelo balanço patrimonial, que tem a seguinte estrutura:

Balanço Patrimonial	
Ativos (Bens de direitos)	Passivos (Obrigações)
	Patrimônio Líquido

1.4.1. Ativo

Compreende os bens, os direitos e as demais aplicações de recursos controlados pela entidade, capazes de gerar benefícios econômicos futuros, originados de eventos ocorridos. Os principais ativos são:

- ✓ Caixa
- ✓ Banco c/Movimento
- ✓ Aplicação de Liquidez Imediata
- ✓ Cheques em Cobrança
- ✓ Numerários em Trânsito
- ✓ Duplicatas a Receber
- ✓ Impostos a Recuperar
- ✓ Cheques a Receber
- ✓ Adiantamento a Fornecedores
- ✓ Adiantamento a Empregados
- ✓ Estoque
- ✓ Despesas Antecipadas
- ✓ Adiantamentos a Sócios
- ✓ Empréstimos a Coligadas/Controladas
- ✓ Investimentos
- ✓ Imóveis
- ✓ Móveis e Utensílios
- ✓ Veículos
- ✓ Embarcações
- ✓ Máquinas e Equipamentos
- ✓ Direitos Autorais
- ✓ Terrenos

1.4.2. Passivo

É composto pelas obrigações a pagar, ou seja, quantias que a empresa deve a terceiros. Os principais passivos são:

- ✓ Fornecedores
- ✓ Contas a Pagar (água, luz, condomínio, etc)

- ✓ Duplicatas a Pagar
- ✓ Salários a Pagar
- ✓ INSS a Recolher
- ✓ FGTS a Recolher
- ✓ Provisão p/ 13º Salário
- ✓ Dividendos a Pagar
- ✓ Imposto de Renda a Recolher
- ✓ Contribuição Social a Recolher
- ✓ Provisão p/Férias
- ✓ ICMS a Recolher
- ✓ PIS/ Receita Bruta a Recolher
- ✓ COFINS/ Receita Bruta a Recolher
- ✓ Empréstimos Bancários

A seguir, um exemplo de como o assunto é cobrado em questões de concursos públicos:

14

(Agente Tributário Estadual/MS – 2001 – ESAF) De acordo com a legislação vigente sobre classificação contábil, os empréstimos tomados de empresas coligadas ou controladas, com vencimento para 120 dias, devem ser classificados no Grupo Patrimonial, como:

- (A) Ativo Circulante
- (B) Passivo Circulante
- (C) Ativo Realizável a Longo Prazo
- (D) Passivo Exigível a Longo Prazo
- (E) Ativo Permanente – Investimentos

Por se tratar de uma dívida que vencerá dentro do exercício social seguinte a dívida deverá ser contabilizada no Passivo Circulante, conforme definido no artigo 180 da lei 6.404/76.

Gabarito "B"

1.4.3. Patrimônio Líquido

Compreende os recursos próprios da entidade, e seu valor é a diferença positiva entre o valor do ativo e o valor do passivo. O Patrimônio Líquido é proveniente das seguintes fontes:

- ✓ **Investimentos dos sócios** – efetuados pelos proprietários na forma de ações ou quotas de participação, em dinheiro ou bens.
- ✓ **Lucros** – obtidos pelo resultado da empresa e não distribuídos aos sócios.

O resultado do exercício será registrado no Patrimônio Líquido.

A seguir, um exemplo de como o assunto é cobrado em questões de concursos públicos:

(Analista Judiciário - Contabilidade/TST – 2007 – CESPE) Considerando os princípios fundamentais de Contabilidade e os conceitos gerais referentes ao patrimônio, julgue os itens a seguir.

- (1) Enquanto o patrimônio compreende o conjunto dos recursos e aplicações de uma entidade, o capital autorizado corresponde ao montante dos aportes com que os acionistas já se comprometeram no boletim de subscrição.
- (2) A situação em que o passivo a descoberto é igual ao passivo caracteriza um processo de liquidação, em que há dívidas remanescentes à realização dos bens e direitos do ativo.
- (3) Considere que uma empresa tenha a representação patrimonial mostrada na tabela a seguir (valores em R\$ 1.000,00).

ativo	valor	passivo	valor
bens	850	obrigações	1.200
direitos	150	patrimônio líquido	200

Nessa situação, é correto afirmar que a empresa está insolvente, com falta de liquidez e a caminho da falência.

1: O capital autorizado é o limite estatutário de competência da assembléia geral ou do conselho de administração para aumentar, independentemente de reforma estatutária, o capital social. Ou seja, trata-se de um valor máximo pré-definido para o capital social.

2: A situação descrita na questão é caracterizada pela inexistência de ativos, por esse motivo o passivo a descoberto é igual ao passivo. Nesse caso a empresa não possui mais condições de operar, visto que não possui mais ativos para realizar suas atividades, situação que caracteriza um processo de liquidação.

3: Na situação apresentada pela questão, é notório o fato que a empresa está com passivo a descoberto, visto que os ativos somam um total de R\$1.000 e os passivos R\$1.200. Isso não quer dizer, no entanto, que a empresa esteja insolvente, com falta de liquidez ou a caminho da falência.

Nessa situação seria possível que parte das obrigações fossem de longo prazo, permitindo tempo para a empresa continuar suas atividades e aumentar seus ativos. Nessa mesma situação a empresa não estaria com falta de liquidez, visto que só pagaria seus passivos no longo prazo.

O que é possível falar sobre a empresa apresentada na questão é que ela não se encontra numa situação muito confortável, já que o montante de seus ativos é inferior às obrigações.

Gabarito: 1: Errada, 2: Correta, 3: Errada

1.5. Natureza das Contas Contábeis

A natureza das contas contábeis define que esta será devedora ou credora, indicando assim como a conta se comportará ao receber débitos e créditos.

- ✓ **Contas de natureza devedora:** são aquelas que os lançamentos a débito aumentam o seu saldo e os lançamentos a crédito diminuem o saldo. São essas as contas do ativo, despesas e redutoras do Patrimônio Líquido.
- ✓ **Contas de natureza credora:** são aquelas que os lançamentos a débito diminuem o seu saldo e os lançamentos a crédito aumentam o saldo. São essas as contas do passivo, Patrimônio Líquido, receitas e redutoras do ativo.

O quadro a seguir apresenta a natureza, o efeito de débitos e créditos nas contas patrimoniais:

Conta	Natureza	Efeito de Débito	Efeito de Crédito	Exemplo
Ativo	Devedora	Aumenta o saldo	Diminui o saldo	Contas a receber
Retificadora do ativo	Credora	Diminui o saldo	Aumenta o saldo	Depreciação
Passivo	Credora	Diminui o saldo	Aumenta o saldo	Contas a pagar
Retificadora do Passivo	Devedora	Aumenta o saldo	Diminui o saldo	Encargos financeiros a transcorrer
Receitas	Credora	Diminui o saldo	Aumenta o saldo	Receita de vendas
Despesas / Custos	Devedora	Aumenta o saldo	Diminui o saldo	Custo da Mercadoria Vendida, Despesa de salários
Patrimônio Líquido	Credora	Diminui o saldo	Aumenta o saldo	Capital Social, reservas
Retificadora do Patrimônio Líquido	Devedora	Aumenta o saldo	Diminui o saldo	Ações em tesouraria

A seguir, estão apresentados exemplos de como o assunto é cobrado em questões de concursos públicos:

(Analista judiciário - Contabilidade/TRT 24ª Região – 2011 – FCC) Aumentam os saldos das contas de Patrimônio Líquido, Ativo e Passivo, os lançamentos nelas efetuados que representem, respectivamente:

- (A) Crédito, Débito e Crédito.
- (B) Crédito, Crédito e Débito.
- (C) Débito, Débito e Crédito.
- (D) Débito, Crédito e Débito.
- (E) Crédito, Crédito e Crédito.

As contas do Patrimônio Líquido possuem natureza credora, do ativo natureza devedora e do passivo natureza credora. Sendo assim, para aumentar seus saldos é necessário efetuar lançamentos que representem, respectivamente, crédito, débito e crédito.

(Analista judiciário - Contabilidade/TRT 24a Região – 2011 – FCC) Contas cujos saldos no Balanço Patrimonial são devedores:

- (A) Capital Social Subscrito e ICMS a Recolher.
- (B) Fornecedores e Honorários a Pagar.
- (C) Duplicatas a Receber e Móveis e Utensílios.
- (D) Lucros Acumulados e Contas a Pagar.
- (E) Duplicatas a Pagar e Aluguéis a Pagar.

A: ambas com saldo credor (Patrimônio Líquido e passivo); B: ambas com saldo credor (passivo); C: ambas com saldo devedor (ativo); D: ambas com saldo credor (Patrimônio Líquido e passivo); E: ambas com saldo credor (passivo).

Gabarito "C"

1.6. Partidas Dobradas

A essência deste método, é que o registro de qualquer operação implica que um débito em uma ou mais contas deve corresponder um crédito equivalente, em uma ou mais contas, de forma que a soma dos valores debitados seja sempre igual à soma dos valores creditados. Cada valor de débito corresponde a um mesmo valor de crédito. O método das partidas dobradas foi criado por Lucca Paccioli, um monge que viveu na Europa, durante a Idade Média.

Consequências do método das partidas dobradas:

- a) a soma dos saldos devedores é igual à soma dos saldos credores;
- b) o ativo é igual ao passivo;
- c) a soma dos bens mais direitos é igual à soma das obrigações mais PL;
- d) as contas do ativo aumentam com débitos e do passivo com créditos;
- e) as contas do ativo são reduzidas com créditos e do passivo com débitos;
- f) toda despesa é debitada e toda receita é creditada;
- g) todo custo é debitado e todo lucro é creditado.

Em decorrência das partidas dobradas, os fatos contábeis afetam duas ou mais contas contábeis. Apresentamos a seguir um exemplo de como se comporta o patrimônio de uma empresa, após a realização de alguns fatos contábeis.

1º Fato Contábil – Subscrição de R\$10.000 pelos sócios em dinheiro.

Balanço Patrimonial			
Ativo		Passivo	
Caixa	10.000	Patrimônio Líquido Capital Social	10.000
TOTAL	10.000	TOTAL	10.000

2º Fato Contábil – Aquisição de veículo à vista por R\$ 4.000.

Balço Patrimonial			
Ativo		Passivo	
Caixa	6.000	Patrimônio Líquido	10.000
Veículos	4.000	Capital Social	
TOTAL	10.000	TOTAL	10.000

3º Fato Contábil – Compra de estoques para revenda a prazo por R\$ 3.500.

Balço Patrimonial			
Ativo		Passivo	
Caixa	3.900	Fornecedores	3.500
Estoque	3.500	Patrimônio Líquido	10.000
Veículos	4.000	Capital Social	
TOTAL	13.500	TOTAL	13.500

4º Fato Contábil – Compra de imóvel por R\$ 6.200, pagando R\$ 2.100 à vista e o restante financiado.

Balço Patrimonial			
Ativo		Passivo	
Caixa	6.000	Fornecedores	3.500
Estoque	3.500	Contas a pagar	4.100
Veículos	4.000	Patrimônio Líquido	10.000
Imóveis	6.200	Capital Social	
TOTAL	17.600	TOTAL	17.600

A seguir, estão apresentados exemplos de como o assunto é cobrado em questões de concursos públicos:

(Fiscal de Tributos/PA – 2002 – ESAF) Assinale a opção correta.

- (A) Todo acréscimo de valor em contas do Ativo corresponde, necessariamente, a um decréscimo de valor em contas do Passivo.
- (B) Um decréscimo no valor de contas do Ativo corresponde, necessariamente, a um acréscimo de valor em contas do Passivo.
- (C) Um acréscimo no valor de uma conta do Ativo corresponde, necessariamente, a um acréscimo de valor em conta do Passivo ou do Patrimônio Líquido.
- (D) A um decréscimo no valor total do Ativo corresponde, necessariamente, um acréscimo no valor de uma, ou mais, contas do Passivo ou do Patrimônio Líquido.
- (E) Um acréscimo no valor total do Ativo não corresponde, necessariamente, a um acréscimo no valor do Patrimônio Líquido.

A: O acréscimo do ativo pode decorrer de acréscimo do passivo ou Patrimônio Líquido ou redução de outro ativo; B: O decréscimo do ativo pode decorrer de decréscimo do passivo ou Patrimônio Líquido ou aumento de outro ativo; C: O acréscimo do ativo pode decorrer de acréscimo do passivo ou Patrimônio Líquido ou redução de outro ativo; D: O decréscimo do ativo pode decorrer de decréscimo do passivo ou Patrimônio Líquido ou aumento de outro ativo; E: O acréscimo do ativo pode decorrer de acréscimo do passivo ou Patrimônio Líquido ou redução de outro ativo.

Gabarito "E"

(Auditor Fiscal da Receita Federal – 2010 – ESAF) A relação seguinte refere-se aos títulos contábeis constantes do livro Razão da empresa comercial Concórdia Sociedade Anônima, e respectivos saldos, em 31 de dezembro de 2008

01 – Bancos Conta Movimento	17.875,00
02 – Bancos Conta Empréstimos	50.000,00
03 – Conta Mercadorias	42.500,00
04 – Capital Social	105.000,00
05 – Móveis e Utensílios	280.000,00
06 – ICMS a Recolher	7.500,00
07 – Custo das Mercadorias Vendidas (CMV)	212.500,00
08 – Salários e Ordenados	10.000,00
09 – Contribuições de Previdência	3.750,00
10 – Despesas com Créditos de Liquidação Duvidosa	3.500,00
11 – Depreciação Acumulada	44.800,00
12 – Retenção de Lucros	51.200,00
13 – Vendas de Mercadorias	352.000,00
14 – Impostos e Taxas	2.200,00
15 – PIS e COFINS	8.625,00
16 – ICMS sobre Vendas	52.500,00
17 – Pró-labore	7.600,00
18 – Fornecedores	157.750,00
19 – PIS e COFINS a Recolher	1.800,00
20 – Duplicatas a Receber	100.000,00
21 – Encargos de Depreciação	32.000,00
22 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	3.000,00

19

Ao elaborar o balancete geral de verificação, no fim do exercício social, com as contas e saldos apresentados, a empresa, certamente, encontrará:

- (A) um balancete fechado em R\$ 773.050,00.
- (B) um saldo credor a menor em R\$ 100.000,00.
- (C) um saldo devedor a maior em R\$ 25.600,00.
- (D) um endividamento de R\$ 167.050,00.
- (E) um lucro com mercadorias de R\$ 137.500,00.

Classificando as contas da questão temos o seguinte quadro:

Conta contábil	Débito	Crédito
01 – Bancos Conta Movimento	17.875,00	
02 – Bancos Conta Empréstimos		50.000,00
03 – Conta Mercadorias	42.500,00	
04 – Capital Social		105.000,00
05 – Móveis e Utensílios	280.000,00	
06 – ICMS a Recolher		7.500,00
07 – Custo das Mercadorias Vendidas (CMV)	212.500,00	
08 – Salários e Ordenados	10.000,00	
09 – Contribuições de Previdência	3.750,00	
10 – Despesas com Créditos de Liquidação Duvidosa	3.500,00	
11 – Depreciação Acumulada		44.800,00
12 – Retenção de Lucros		51.200,00
13 – Vendas de Mercadorias		352.000,00
14 – Impostos e Taxas	2.200,00	
15 – PIS e COFINS	8.625,00	
16 – ICMS sobre Vendas	52.500,00	
17 – Pró-labore	7.600,00	
18 – Fornecedores		157.750,00
19 – PIS e COFINS a Recolher		1.800,00
20 – Duplicatas a Receber	100.000,00	
21 – Encargos de Depreciação	32.000,00	
22 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		3.000,00
TOTAL	773.050,00	773.050,00

Como pode ser observado, o balancete fechou com débitos e crédito no montante de R\$773.050,00.

Gabarito "A"

1.6.1. Apresentação Gráfica das Partidas Dobradas

Para simplificar as resoluções das questões envolvendo lançamentos em diversas contas contábeis são utilizados razonetes, conforme apresentado a seguir:

Conta Contábil	
Débitos	Créditos

Cada conta contábil terá o seu razonete, onde ficarão registrados os lançamentos a débito e crédito realizados nessa conta. Essa técnica permite que os lançamentos fiquem registrados individualmente e que seja apurado o saldo da conta a cada lançamento. Sendo assim, os lançamentos anteriormente apresentados ficariam assim representados em razonetes:

1º Fato Contábil – Subscrição de R\$ 10.000 pelos sócios em dinheiro.

Caixa	Capital Social
10.000	10.000

2º Fato Contábil – Aquisição de veículo a vista por R\$ 4.000.

Caixa	Veículos
4.000	4.000

3º Fato Contábil – Compra de estoques para revenda a prazo por R\$ 3.500.

Estoque	Fornecedores
3.500	3.500

4º Fato Contábil – Compra de imóvel por R\$ 6.200, pagando R\$ 2.100 à vista e o restante financiado.

Imóveis	Caixa	Contas a pagar
6.200	2.100	4.100

Os lançamentos contábeis dos 4 fatos contábeis implicam no seguinte razonete para a conta Caixa:

	Caixa
	10.000 4.000
	2.100
Saldo Final	3.900

1.7. Apuração do Resultado

No final de cada exercício social, as contas de resultado devem ter seus saldos encerrados para apuração do resultado do exercício, ou seja, as contas de resultado (receitas e despesas) são contas transitórias.

O resultado do exercício é registrado no Patrimônio Líquido e apurado na Demonstração do Resultado do Exercício. O resultado é obtido do confronto entre contas de receitas e despesas dentro do período contábil.

Receitas – entrada de elementos para o ativo ou redução do passivo, tendo como contrapartida o aumento do Patrimônio Líquido.

Despesas – consumo de bens ou serviços que ajudam a produzir uma receita, diminuindo o ativo ou aumentando o passivo.

Custos – gasto relativo ao bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços.

São exemplos de contas de receitas:

- ✓ Receita de Vendas de Mercadorias
- ✓ Receita de Serviços
- ✓ Juros Ativos
- ✓ Descontos Financeiros Obtidos, Rendimentos
- ✓ de Aplicações Financeiras
- ✓ Aluguéis Ativos
- ✓ Variações Monetárias Ativas
- ✓ Variações Cambiais Ativas
- ✓ Receitas de Dividendos
- ✓ Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial

São exemplos de contas de despesas:

- ✓ Salários
- ✓ Férias
- ✓ 13º Salário
- ✓ FGTS
- ✓ Comissões de
- ✓ Fretes s/ Vendas
- ✓ Propaganda e Publicidade
- ✓ Juros Passivos
- ✓ Taxas Bancárias
- ✓ Descontos Financeiros Concedidos Indenizações
- ✓ Honorários

- ✓ Aluguéis
- ✓ Depreciação
- ✓ Amortização
- ✓ Exaustão
- ✓ Luz e Telefone
- ✓ Água e Esgoto
- ✓ Combustíveis
- ✓ Seguros
- ✓ Material de Expediente/Limpeza
- ✓ Serviços de Terceiros
- ✓ Impostos e Taxas
- ✓ Despesas c/ Provisões
- ✓ Variações Monetárias Passivas
- ✓ Variações Cambiais Passivas
- ✓ Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial

A seguir, estão apresentados exemplos de como o assunto é cobrado em questões de concursos públicos:

23

(Auditor Fiscal da Receita Federal – 2003– ESAF) No sistema contábil abaixo apresentado só faltou anotar as despesas incorridas no período. Todavia, considerando as regras do método das partidas dobradas, podemos calcular o valor dessas despesas.

Componentes	Valores
Capital	R\$ 1.300,00
Receitas	R\$ 1.000,00
Dívidas	R\$ 1.800,00
Dinheiro	R\$ 1.100,00
Clientes	R\$ 1.200,00
Fornecedores	R\$ 1.350,00
Prejuízos Anteriores	R\$ 400,00
Máquinas	R\$ 1.950,00

Com base nos elementos apresentados, pode-se afirmar que o valor das despesas foi:

- (A) R\$ 200,00
- (B) R\$ 400,00
- (C) R\$ 800,00
- (D) R\$ 1.200,00
- (E) R\$ 1.400,00

Ao considerar que a única conta faltante para montar o Balanço Patrimonial da empresa é a de despesas, basta classificar adequadamente as contas e verificar que o valor das despesas é de R\$ 800,00, conforme apresentado a seguir:

Ativo		Passivo	
Dinheiro	1.100	Dívidas	1.800
Clientes	1.200	Fornecedores	1.350
Máquinas	1.950	PL	
		Capital	1.300
		Receitas	1.000
		Prejuízos Anteriores	-400
		Despesas	-800
TOTAL	4.250	TOTAL	4.250

Gabarito "C"

(Analista judiciário – Contabilidade/TRT 24a Região – 2011 – FCC) Quando os estoques são vendidos, o valor contábil deve ser registrado como:

- (A) receita do período, somente.
- (B) ganho com ajuste a valor justo de um estoque classificado como disponível para venda.
- (C) perda com ajuste a valor justo de um estoque classificado como disponível para venda.
- (D) despesa no período (custo das mercadorias vendidas ou custo dos produtos vendidos), em que a respectiva receita é registrada.
- (E) custo menos depreciação e menos perda de valor recuperável.

Quando da venda de estoques, a empresa efetuará a baixa do estoque contra a conta de custo das mercadorias vendidas. A receita de vendas será registrada contra a entrada de recursos ou registro do valor a receber. Cabe ressaltar que os estoques não sofreram depreciação, e serão registrados, conforme o artigo 183 da lei 6.404/76, pelo custo de aquisição ou produção, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for inferior.

Gabarito "D"

1.8. Classificação dos Fatos Contábeis

Os fatos contábeis são todos os acontecimentos que provocam alterações qualitativas ou quantitativas no patrimônio da empresa. Exemplo: Aquisição de mercadoria para revenda, pagamento de energia elétrica, etc.

Os fatos contábeis são assim classificados:

- ✓ **Permutativos:** não alteram o valor do Patrimônio Líquido, mesmo que represente troca de valores entre contas desse grupo.

Ex: Compra de mercadorias à vista:

Débito – Mercadorias

Crédito – Caixa

- ✓ **Modificativos:** alteram o valor do Patrimônio Líquido para mais (aumentativo) ou para menos (diminutivo).

Exemplo de fato modificativo aumentativo: Prestação de serviços:

Débito – Caixa

Crédito – Receita de Prestação de Serviços (Resultado)

Exemplo de fato modificativo diminutivo: Apropriação de despesa com energia elétrica:

Débito – Despesa de Energia Elétrica

Crédito – Caixa

- ✓ **Mistos:** fatos simultaneamente permutativos e modificativos.

Ex: Recebimento de duplicatas com juros:

Débito – Caixa

Crédito – Receita de Juros

Crédito – Duplicatas a Receber

A seguir, estão apresentados exemplos de como o assunto é cobrado em questões de concursos públicos:

(Auditor Fiscal/PE – 2009 – UPENET/IAUPE) Sobre as afirmações abaixo, assinale a alternativa que contém a afirmação CORRETA.

25

- (A) Os fatos contábeis podem ser permutativos, modificativos e mistos.
- (B) Os fatos administrativos, por não alterarem a composição do patrimônio, não são registrados na Contabilidade.
- (C) Os atos administrativos, por alterarem a composição do patrimônio, são registrados na Contabilidade.
- (D) Dentre os vários processos de escrituração, o mais usado atualmente é o maquinizado.
- (E) O método das partidas dobradas, apesar de já ser conhecido desde o século XIII, só agora, a partir do século XX, é que teve sua aplicabilidade.

A: Os fatos contábeis são classificados como permutativos (movimentação entre contas contábeis sem alterar o valor do PL), modificativos (alteram o valor do PL) e mistos (simultaneamente permutativo e modificativo); B: Fatos administrativos (ex: aquisição de estoques) alteram o patrimônio e, portanto, devem ser registrados na Contabilidade; C: Atos administrativos (ex: trâmite de correspondências) não alteram o patrimônio e, portanto, devem ser registrados na Contabilidade; D: O processo de escrituração mais utilizado atualmente é o informatizado; E: Desde a criação do método das partidas dobradas pelo frei, Luca Paccioli, a metodologia é adotada.

Gabarito "A"

(Analista Judiciário - Contabilidade/TST – 2007 – CESPE) O lançamento representado a seguir configura um fato permutativo.

D – lucros acumulados

C – capital a integralizar

As duas contas movimentadas pelo lançamento contábil apresentado pertencem ao Patrimônio Líquido. Sendo assim, não houve alteração do valor do Patrimônio Líquido, apenas uma movimentação de valores entre as contas, uma permuta de valores entre as contas.

Gabarito: Correta

(Agente Tributário Estadual/MS – 2001 – ESAF) O fato contábil decorrente da quitação ou liquidação de um crédito de curto prazo causa no patrimônio o seguinte efeito:

- (A) diminuição do Ativo disponível e do Passivo Circulante
- (B) aumento do Ativo disponível e do Passivo Circulante
- (C) diminuição e aumento no Passivo Circulante, simultaneamente
- (D) diminuição e aumento no Ativo Circulante, simultaneamente
- (E) não haverá alterações, pois o fato é permutativo

Ao dizer que a empresa tinha um crédito a questão referia-se ao sentido comercial, onde crédito está associado a valores a receber. Sendo assim, essa operação reduzirá o contas a receber e aumentará as disponibilidades, ambas as contas dentro do Ativo Circulante.

Gabarito "D"

(Agente Fiscal de Rendas/SP – 2006 – FCC) A classe das variações patrimoniais que somente modifica a natureza dos componentes patrimoniais sem repercutirem no montante do Patrimônio Líquido são denominadas:

- (A) modificativas ou qualitativas.
- (B) relativas ou qualitativas.
- (C) permutativas ou modificativas.
- (D) qualitativa ou permutativas.
- (E) quantitativas ou relativas.

As variações patrimoniais que não afetam o Patrimônio Líquido são chamadas de permutativas ou qualitativas. Quando a variação patrimonial afeta o Patrimônio Líquido, é chamada de modificativa, e pode ser aumentativa ou diminutiva.

Gabarito "D"

(Analista de Comércio Exterior/MDIC – 2008 – CESPE) Caso um bem do ativo imobilizado, adquirido e registrado por R\$ 300.000,00, já tiver acumulado uma depreciação correspondente a 40% de sua vida útil, nessa ocasião, a venda à vista desse bem por R\$ 150.000,00 caracterizará um fato contábil misto diminutivo.

Nesse caso, Os lançamentos da situação apresentada no item são assim representados:

	Imobilizado				Depreciação acumulada		
Saldo Inicial	300.000,00	300.000,00	(1)	(1)	120.000,00	120.000,00	Saldo Inicial
	Caixa				Resultado (Perda na alienação)		
	(1) 150.000,00				(1) 30.000,00		

Considerando que a depreciação acumulada correspondia a 40% do valor do ativo imobilizado, temos então um saldo de R\$120.000,00 (40% x R\$ 300.000,00).

O lançamento (1) representa a venda do ativo imobilizado. Nesse caso, a depreciação acumulada do bem deve ser zerada juntamente com a conta do ativo. Ao lançarmos a baixa do ativo e da depreciação e lançar a entrada do valor de venda no caixa ficará faltando um lançamento a débito no valor de R\$ 30.000,00 para completar o total de débitos e créditos. Esse lançamento a débito representa a perda na alienação do imobilizado e está dentro do grupo de resultado não operacional.

Como o valor do Patrimônio Líquido foi alterado para menos podemos afirmar que o fato contábil foi modificativo diminutivo. Houve também um lançamento de troca de ativos, pois o ativo imobilizado foi trocado por caixa, representando um fato contábil permutativo. Esses fatos simultaneamente caracterizam um fato misto diminutivo.

Gabarito: Correta.

1.9. Fórmulas de Lançamento

A classificação das partidas dobradas em fórmulas está assim definida:

- ✓ **Lançamentos de primeira fórmula** – um débito e um crédito;
- ✓ **Lançamentos de segunda fórmula** – um débito e mais de um crédito;
- ✓ **Lançamentos de terceira fórmula** – mais de um débito e um crédito;
- ✓ **Lançamentos de quarta fórmula** – mais de um débito e mais de um crédito.

A seguir, estão apresentados exemplos de como o assunto é cobrado em questões de concursos públicos:

(Analista Judiciário - Contabilidade/TST – 2007 – CESPE) De acordo com o sistema de partidas dobradas, um lançamento de primeira fórmula cujo registro a débito diminua o passivo pode ter como contrapartida um registro a crédito diminuindo o ativo.

O lançamento de primeira fórmula consiste em possuir apenas um débito e um crédito. Nesse caso, é realmente possível um lançamento cujo débito reduza o passivo e o crédito reduza o ativo, como por exemplo, o pagamento de um empréstimo ou de qualquer outro passivo.

Gabarito: Correta

(Auditor Fiscal/PE – 2009 – UPENET/IAUPE) No pagamento de uma obrigação tributária já registrada em seu passivo, a empresa ultrapassou o prazo de vencimento, tendo que resgatá-la com os respectivos acréscimos legais cabíveis. Essa operação caracteriza-se como um fato contábil

- (A) modificativo diminutivo.
- (B) permutativo.
- (C) modificativo aumentativo.
- (D) misto aumentativo.
- (E) misto diminutivo.

27

A: Reduz o valor do Patrimônio Líquido; B: Movimentação entre contas contábeis sem alterar o valor do PL; C: Aumenta o valor do Patrimônio Líquido; D: Simultaneamente permutativo e modificativo aumentativo; E: Simultaneamente permutativo e modificativo diminutivo. Representa o fato descrito na questão pelo fato de haver um lançamento permutativo, representado pela baixa da obrigação e do caixa, e modificativo diminutivo, representado pela despesa de juros que reduz o patrimônio.

Gabarito "E"

(Auditor Fiscal/SC – 2010 – FEPESE) Analise as afirmativas abaixo e assinale com (V) as verdadeiras e (F) as falsas.

- () O patrimônio é um conjunto de Bens, Direitos e Obrigações com terceiros, à disposição de uma pessoa jurídica ou pessoa física, necessários ao atendimento de seus objetivos.
- () Além de dar a conhecer os elementos formadores do lucro/prejuízo de um período (de um exercício social) a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) permite conhecer como o lucro foi destinado.
- () Os fatos permutativos são aqueles que não alteram o Patrimônio Líquido, alterando apenas qualitativamente os valores dos bens e direitos.
- () Os fatos mistos provocam alterações quantitativas no ativo, no passivo e no Patrimônio Líquido, simultaneamente.
- () A “despesa com salários” provoca redução no valor do Patrimônio Líquido somente no momento em que os salários são pagos.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta** de cima para baixo.

- (A) V – V – F – F – V
- (B) V – F – V – F – F
- (C) V – F – F – V – F
- (D) F – F – V – V – F
- (E) F – F – F – V – V

I: Verdadeiro, conceito exato segundo a teoria contábil; II: Falso, a destinação do lucro é apresentada na demonstração das mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) ou na demonstração de lucros e prejuízos acumulados (DLPA), e não na Demonstração do Resultado do Exercício; III: Falso, os fatos permutativos são aqueles que não alteram o Patrimônio Líquido, alterando apenas quantitativamente os valores dos bens e direitos; IV: Verdadeiro, conceito exato de fato misto (permutativo e modificativo); V: Falso, a apropriação da despesa com salários provoca a redução do Patrimônio Líquido. O pagamento da obrigação reduz o ativo e o passivo.

Gabarito "C"

(Auditor Fiscal/PE – 2009 – UPENET/IAUPE) Os lançamentos de 4ª fórmula são caracterizados pela existência de:

- (A) mais de uma conta devedora e apenas uma conta credora.
- (B) uma única conta devedora e mais de uma conta credora.
- (C) duas ou mais contas devedoras e, no máximo, duas contas credoras.
- (D) mais de uma conta devedora e mais de uma conta credora.
- (E) uma única conta devedora e uma única conta credora.

A classificação das partidas dobradas em fórmulas está assim definida:

- Lançamentos de primeira fórmula – um débito e um crédito;
- Lançamentos de segunda fórmula – um débito e mais de um crédito;
- Lançamentos de terceira fórmula – mais de um débito e um crédito;
- Lançamentos de quarta fórmula – mais de um débito e mais de um crédito.

Gabarito "D"

1.10. Teoria das Contas

1.10.1. Teoria Personalista

Na teoria personalista cada conta assume a configuração de uma pessoa no seu relacionamento com a empresa ou entidade, representando assim um direito ou obrigação do agente. As contas são classificadas da seguinte forma:

- ✓ **Agentes Consignatários:** são as pessoas a quem o proprietário confia a guarda dos bens da empresa. As contas dos agentes consignatários representam os bens da empresa;
- ✓ **Agentes Correspondentes:** são as pessoas que não pertencem à empresa. As contas dos agentes correspondentes representam os direitos e obrigações da entidade perante terceiros (Exemplo: Contas a pagar, contas a receber, etc);
- ✓ **Proprietários:** são as contas do Patrimônio Líquido e suas variações, inclusive as receitas e despesas. O proprietário é o titular do patrimônio da empresa e a pessoa com a qual os agentes consignatários e correspondentes se relacionam.

A seguir, estão apresentados exemplos de como o assunto é cobrado em questões de concursos públicos:

(Auditor Fiscal da Receita Federal – 2010 – ESAF) Exemplificamos, abaixo, os dados contábeis colhidos no fim do período de gestão de determinada entidade econômico-administrativa:

- Dinheiro Existente	R\$ 200,00
- Dívidas Diversas	R\$ 730,00
- Rendas Obtidas	R\$ 680,00
- Mobília	R\$ 600,00
- Consumo Efetuado	R\$ 240,00
- Capital Registrado	R\$ 650,00
- Máquinas	R\$ 400,00
- Contas a Receber	R\$ 540,00
- Empréstimos Bancários	R\$ 500,00
- Contas a Pagar	R\$ 700,00
- Automóveis	R\$ 800,00
- Casa Construída	R\$ 480,00

Segundo a Teoria Personalística das Contas e com base nas informações contábeis acima, pode-se dizer que, neste patrimônio, está sob responsabilidade dos agentes consignatários o valor de:

- (A) R\$ 1.930,00.
- (B) R\$ 3.130,00.
- (C) R\$ 2.330,00.
- (D) R\$ 3.020,00.
- (E) R\$ 2.480,00.

Na teoria personalista cada conta assume a configuração de uma pessoa no seu relacionamento com a empresa ou entidade. As contas classificadas como de agentes consignatários são as que representam os bens da empresa, conforme elencadas a seguir:

- Dinheiro Existente	R\$ 200,00
- Mobília	R\$ 600,00
- Máquinas	R\$ 400,00
- Automóveis	R\$ 800,00
- Casa Construída	R\$ 480,00
TOTAL	R\$ 2.480,00

Gabarito "E"

(Técnico da Receita Federal – 2002.1 – ESAF) Estudiosos notáveis da Contabilidade têm-na contemplado com diversas teorias e proposições. Três dessas teorias sobrevivem e, hoje, são consideradas principais. Uma delas, conhecida como Teoria Personalista ou Personalística, classifica todas as contas em:

- (A) contas patrimoniais e contas diferenciais.
- (B) contas integrais e contas diferenciais.
- (C) contas patrimoniais e contas de resultado.
- (D) contas de agentes consignatários e contas de proprietário.
- (E) contas de agentes e contas de proprietário.

Na teoria personalista cada conta assume a configuração de uma pessoa no seu relacionamento com a empresa ou entidade. As contas são classificadas da seguinte forma:

Agentes Consignatários: representam os bens da empresa;

Agentes Correspondentes: representam os direitos e obrigações da entidade perante terceiros;

Proprietários – são as contas do Patrimônio Líquido e suas variações, inclusive as receitas e despesas.

Gabarito “E”

1.10.2. Teoria Patrimonialista

A teoria patrimonialista entende que o patrimônio é o objeto da Contabilidade sendo sua finalidade o seu controle.

Por essa teoria, as contas são classificadas em dois grupos:

- ✓ **Contas patrimoniais:** são as contas que representam os bens, direitos, obrigações e a situação líquida das entidades, ou seja: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Estas contas permanecem com o seu saldo no momento da apuração do resultado;
- ✓ **Contas de resultado:** são as contas que representam as receitas e despesas. Estas contas devem ser sempre encerradas (tornar o saldo zero e transferi-lo à apuração do resultado) na apuração do resultado ou do exercício social, são incorporadas ao Balanço Patrimonial via PL;

30

1.10.3. Teoria Materialista

Conforme o próprio nome nos diz, essas contas representam uma relação com a materialidade, ou seja, estas contas só devem existir enquanto existirem também os elementos materiais por ela representados na entidade.

Por essa teoria, as contas são classificadas em dois grupos:

- ✓ **Contas Integrais:** são aquelas representativas de Bens, Direitos e Obrigações;
- ✓ **Contas Diferenciais:** são as representativas de receitas, despesas e Patrimônio Líquido.

A seguir, um exemplo de como o assunto é cobrado em questões de concursos públicos:

(Auditor Fiscal/SC – 2010 – FEPESE) Segundo a teoria materialista, as contas são classificadas em:

- (A) Materiais e imateriais.
- (B) Materiais e diferenciais
- (C) Patrimoniais e de resultado.
- (D) Contas ativas e resultado.
- (E) Integrais e diferenciais.

A teoria materialista divide as contas em: diferenciais ou de resultados e integrais ou patrimoniais. Contas diferenciais ou de resultados são aquelas que acarretam diferenças no patrimônio, isto é, acarretam uma variação na situação líquida do patrimônio. Contas integrais ou patrimoniais são aquelas que integram o patrimônio, isto é, todas as contas que representam Bens, Direitos e Obrigações.

Gabarito “E”

1.11. Convergência da Contabilidade Brasileira às Normas internacionais

Devido ao avanço da tecnologia e amadurecimento dos mercados no Brasil e no mundo, cada vez mais transações comerciais e financeiras são realizadas entre diferentes nações, aumentando assim a necessidade da adoção de uma linguagem única para fortalecer o processo de julgamento e decisão no mundo dos negócios.

Neste sentido, o IASB – *International Accounting Standard Board*, emite pronunciamentos denominados *IFRS – International Financial Reporting Standards*, além de manter e revisar pronunciamentos já existente, os *IAS – International Accounting Standards*.

Muitos países têm adotado estes pronunciamentos com o intuito de padronizar mundialmente a linguagem contábil, o que permite uma melhor comparação e avaliação na realização de negócios. Segundo o IASB, as normas internacionais de contabilidade já são adotadas em 5 continentes, envolvendo mais de 120 países. O Brasil encontra-se em processo de adoção.

O Brasil está em processo de convergência às normas do IASB, visto que criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, cujo objetivo é estudar, preparar e emitir “Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais. Trata-se portanto de uma entidade responsável pela emissão de Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações.

Destaca-se como vantagens da aplicação das normas internacionais: o acesso facilitado aos mercados estrangeiros, o reforço da credibilidade das sociedades estrangeiras no mercado nacional, a comparabilidade de forma global dos dados contábeis, maior transparência e melhor compreensão pelos usuários em virtude da utilização de idioma comum para as contas e maior facilidade na regulação do mercado de capitais.

Sendo assim, cada vez mais as bancas de concurso irão cobrar os pronunciamentos do CPC. Para obter na íntegra os pronunciamentos sugerimos acessar o site: www.cpc.org.br.

1.12. Exercícios de Fixação Comentados

(Analista Judiciário - Contabilidade/STM – 2010 – CESPE) Com relação à Ciência Contábil e suas características, julgue os itens que se seguem.

- (1) No Brasil, a Ciência Contábil, desde as últimas alterações na Lei n.º 6.404/1976, vem se afastando da escola italiana, ao mesmo tempo em que se aproxima da escola norte americana.
- (2) O objeto da Contabilidade é o patrimônio, constituído pelo conjunto de Bens, Direitos e Obrigações próprios de determinado ente.
- (3) Patrimônio Líquido é o conjunto de recursos controlados e utilizados pela entidade, fruto de suas transações passadas e cujo objetivo é a geração de benefícios futuros.

1: O Brasil não possui uma escola de pensamento contábil genuinamente brasileira. Pode-se dizer que em um primeiro instante, a nossa Contabilidade foi baseada no método italiano e posteriormente migrou para o método norte-americano, no qual persiste até os dias atuais. A Contabilidade no Brasil ainda sofre grande influência da legislação tributária, notadamente da legislação do imposto de renda. Pode-se afirmar com certeza que em algumas organizações, principalmente nas micro e pequenas empresas, na maior parte do tempo o contador se dedica a questões tributárias. Nas médias e grandes empresas normalmente existe um departamento ligado a questões fiscais para tratar do assunto. Assim a Contabilidade se subdivide em Contabilidade financeira, Contabilidade fiscal, Contabilidade gerencial, Contabilidade de custos etc.

2: O artigo 2º da resolução CFC 750 define que o objeto da Contabilidade é o patrimônio das entidades. O patrimônio é formado pelos Bens, Direitos e Obrigações da entidade.

3: A questão apresentou o conceito de ativos.

Gabarito: 1: Errada, 2: Correta, 3: Errada

(Analista Judiciário – Contabilidade/TST – 2007 – CESPE) Com referência aos fatos contábeis e à representação dos fenômenos patrimoniais e suas variações, julgue os itens que se seguem.

- (1) A conta adiantamentos de clientes tem por função o registro da receita diferida com o recebimento antecipado e definitivo do valor da venda de produtos ou serviços já fabricados e estocados, pendentes de entrega.
- (2) Com o lançamento representado a seguir ocorre o reconhecimento da receita pelo regime de competência, relativo a serviços já prestados e registrados.

D – Duplicatas a receber

C – Serviços a faturar

1: A conta adiantamentos de clientes registra o recebimento dos clientes que contrataram os bens ou serviços, de parcelas em dinheiro antecipadamente à produção dos bens ou execução de tais serviços. Se os produtos já estão fabricados, pendentes apenas de entrega, não há que se falar em adiantamento de clientes.

2: O reconhecimento da receita pelo regime de competência é registrado na Contabilidade com o crédito na conta de receita, o que não ocorreu no lançamento apresentado.

Gabarito: 1: Errada, 2: Errada

(Analista Judiciário – Contabilidade/TST – 2007 – CESPE) No caso de uma inversão de lançamento, o balancete continua fechando, e, em qualquer caso, os totais não se alteram.

A inversão de um lançamento consiste em debitar a conta anteriormente creditada e creditar a conta anteriormente debitada, anulando assim o efeito do primeiro lançamento. No caso do lançamento de uma inversão o balancete continuaria fechando, uma vez que seriam efetuados débitos e créditos no mesmo valor (premissa que assegura o fechamento do balancete). Já os totais das contas, ou mesmo dos grupos de contas, se alterariam pois o lançamento da inversão debitará ou creditará seus saldos.

Gabarito: Errada

(Analista Judiciário - Contabilidade/STF – 2008 – CESPE) De forma simplificada, o conceito de sistema está associado a um conjunto de elementos ordenados com determinado fim. A respeito dos sistemas de informação gerencial e contábil — SIG e SIC —, em uma empresa, assinale a opção correta.

- (A) As informações de natureza contábil são de origem externa e expressas em valores monetários.
- (B) Um dos requisitos exigidos para os sistemas de informações é definir o nível de acesso permitido a cada indivíduo na organização.
- (C) O sistema de informações contábil, por ser o mais abrangente, compreende os demais sistemas de informações que fluem no âmbito de uma empresa.
- (D) A tomada de decisões depende exclusivamente de informações que constem dos registros formais.

A letra “A” está incorreta pois as informações contábeis são de origem interna, ou seja, produzidos pela própria empresa através dos registros de suas operações.

A incorreção da letra “C” está no fato de que o sistema contábil não é o mais abrangente dentre os diversos utilizados pelas empresas. O sistema contábil é alimentado por dados dos demais sistemas, registrando apenas dados consolidados e de impacto no patrimônio da empresa.

Na letra “D” a incorreção reside no fato de que os administradores utilizam as mais variadas informações, internas ou externas, formais ou informais, atuais ou históricas.

A letra “B” está correta pois é o nível de acesso dos usuários que garante a segurança da informação. Cada usuário terá um perfil que o permitirá realizar apenas operações referentes a sua área de atuação.

Gabarito “B”

(Analista Administrativo - Contabilidade/ANTAQ – 2009 – CESPE) Na sistemática legal de reconhecimento dos efeitos inflacionários introduzida em 1976 pela Lei das Sociedades por Ações, procurava-se preservar a expressão monetária dos chamados itens monetários dos balanços e identificar, em cada conta de resultado, os ganhos e as perdas resultantes das modificações do poder de compra da moeda.

Os efeitos da inflação não afetam os itens monetários, pois esses são demonstrados em valores de poder aquisitivo atual. Já os itens não monetários, como o ativo imobilizado e estoques, são representados nas demonstrações financeiras por valores formados em exercícios sociais anteriores. É por esse motivo que, ao contrário do descrito na questão, os itens não monetários são atualizados pelos índices de medição da inflação.

Gabarito: Errada

(Analista Judiciário - Contabilidade/STM – 2010 – CESPE) Considere que determinada companhia metalúrgica fabricante de artefatos para cozinha tenha adquirido cinco toneladas de chapas de aço pelo valor de R\$ 250.000,00, a serem pagos em trinta dias. Com base nessa situação, julgue os itens subsequentes.

- (1) Tal transação afeta positivamente a situação patrimonial líquida da entidade.
- (2) O momento adequado para contabilização da transação mencionada independe da data de entrada da mercadoria na metalúrgica.
- (3) Nessa situação, configura-se um fato contábil modificativo aumentativo.
- (4) Caso a transação esteja isenta de impostos, o evento será adequadamente representado na Contabilidade por um lançamento de primeira fórmula.

1: A transação não afeta o Patrimônio Líquido, visto que aumenta o estoque (pela aquisição do bem) e aumenta o passivo exigível (pelo registro da dívida). Trata-se, portanto, de um fato contábil permutativo.

2: O momento adequado da contabilização é quando ocorre a contratação da compra, independente do momento que ocorrerá o pagamento ou o recebimento dos bens.

3: A situação configura um fato contábil permutativo, visto que movimenta contas contábeis sem afetar o valor do Patrimônio Líquido.

4: Lançamentos de primeira fórmula são aqueles formados por um débito e um crédito. O lançamento da questão será débito na conta estoques e crédito na conta fornecedores.

Gabarito 1: Errada, 2: Correta, 3: Errada, 4: Correta



2. PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE

Fabício de Oliveira Barros

A resolução CFC nº 750/93 define quais são os princípios fundamentais de Contabilidade. Os princípios fundamentais de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País.

São princípios fundamentais de Contabilidade:

- ✓ o da ENTIDADE;
- ✓ o da CONTINUIDADE;
- ✓ o da OPORTUNIDADE;
- ✓ o do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL;
- ✓ o da COMPETÊNCIA;
- ✓ o da PRUDÊNCIA.

35

A resolução CFC nº 1.282/10 alterou significativamente o texto da resolução CFC nº 750/93. Dentre as alterações pode-se destacar o fato de ter revogado o Princípio da Atualização Monetária.

Na aplicação dos princípios de Contabilidade há situações concretas e a essência das transações deve prevalecer sobre seus aspectos formais. Isto significa que a Contabilidade deve traduzir primordialmente o efeito econômico da transação, ou seja, aquilo que de fato as transações representam para o patrimônio (essência das transações) deve prevalecer sobre os seus aspectos formais ou aparentes.

2.1. Princípio da Entidade

O princípio da entidade reconhece o patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

O patrimônio pertence à entidade, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova entidade, mas numa unidade de natureza econômico-contábil.

A seguir, um exemplo de como o assunto é cobrado em questões de concursos públicos:

(Auditor do Tesouro Municipal/Fortaleza-CE – 2003 – ESAF) Assinale o princípio fundamental da Contabilidade que reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial e a necessidade de diferenciação de um patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes.

- (A) Entidade
- (B) Registro pelo Valor Original
- (C) Prudência
- (D) Continuidade
- (E) Atualização Monetária

O artigo 4º da resolução CFC Nº 750/93 define que “o princípio da ENTIDADE reconhece o patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos”.

Gabarito “A”

2.2. Princípio da Continuidade

O princípio da continuidade pressupõe que a entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.

A seguir, um exemplo de como o assunto é cobrado em questões de concursos públicos:

(Analista judiciário - Contadoria/TRF 4a Região – 2010 – FCC) O princípio contábil que se relaciona diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, além de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultados é o Princípio

- (A) da continuidade.
- (B) do registro pelo valor original.
- (C) da oportunidade.
- (D) da entidade.
- (E) da prudência.

O artigo 5º resolução CFC 750/93 define que o princípio da continuidade pressupõe que a entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.

Gabarito “A”

2.3. Princípio da Oportunidade

O princípio da oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

Este princípio abarca dois aspectos distintos, mas complementares: a integridade e a tempestividade. A integridade refere-se à necessidade de as variações serem reconhecidas na sua totalidade, ou seja, sem qualquer falta ou excesso. A tempestividade exige que as variações sejam registradas no momento em que ocorrerem, mesmo na hipótese de alguma incerteza.

A seguir, um exemplo de como o assunto é cobrado em questões de concursos públicos:

(Analista Judiciário - Contabilidade/TRT 24a Região – 2011 – FCC) O princípio contábil que determina que o registro das variações patrimoniais, desde que tecnicamente estimável, deve ser feito mesmo na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência, é o Princípio da:

- (A) Continuidade.
- (B) Exclusividade.
- (C) Oportunidade.
- (D) Entidade.
- (E) Prudência.

Apesar da questão ter utilizado uma terminologia revogada, ela define o princípio da oportunidade, que segundo o artigo 6º da resolução CFC 750 refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

Gabarito "C"

2.4. Princípio do Registro pelo Valor Original

37

O Princípio do registro pelo valor original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

As seguintes bases de mensuração devem ser utilizadas em graus distintos e combinadas, ao longo do tempo, de diferentes formas:

- I. Custo histórico. Os ativos são registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos que são entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias, pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações;
- II. Variação do custo histórico. Uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes dos seguintes fatores:
 - a) Custo corrente. Os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis. Os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis;

- b) Valor realizável. Os ativos são mantidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser obtidos pela venda em uma forma ordenada. Os passivos são mantidos pelos valores em caixa e equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações da entidade;
- c) Valor presente. Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da entidade. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa que se espera seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da entidade;
- d) Valor justo. É o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos;
- e) Atualização monetária. Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

São resultantes da adoção da atualização monetária:

- I. a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo;
- II. para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais, é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do Patrimônio Líquido; e
- III. a atualização monetária não representa nova avaliação, mas tão somente o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período.

Este princípio ordena que os componentes do patrimônio tenham seu registro inicial efetuado pelos valores ocorridos na data das transações havidas com o mundo exterior à entidade, pois este é o consenso entre os agentes econômicos externos e a entidade.

A seguir, estão apresentados exemplos de como o assunto é cobrado em questões de concursos públicos:

(Analista Judiciário - Contabilidade/STF – 2008 – CESPE) Ocorrendo o registro dos ajustes a valor de mercado dos ativos advindos de operações de longo prazo, o princípio do registro pelo valor original não será obedecido.

O princípio do registro pelo valor original define que os componentes patrimoniais devem ter seu registro inicial efetuado pelo valor das transações. Existe a possibilidade de modificação desse valor com o passar do tempo, o que não representa modificação do valor original. É o caso da depreciação, amortização, provisões, etc. Esses ajustes, entretanto,

deveriam ser apenas para ajustar o valor dos ativos para menor, em obediência ao princípio da prudência. O uso do valor de mercado não obedece a essa limitação por poder ajustar o ativo para maior ou para menor, representando uma não obediência ao princípio.

Gabarito: Correta

(Auditor do Tesouro Municipal/Recife-PE – 2003 – ESAF) Com relação aos princípios fundamentais de Contabilidade, assinale a opção **incorreta**.

- (A) Do princípio do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL resulta que a avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes externos ou da imposição destes.
- (B) Do princípio do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL resulta que, uma vez integrados no patrimônio, os bens, direitos ou obrigações não poderão ter alterados seus valores intrínsecos, admitindo-se, tão somente sua decomposição em elementos e/ou sua agregação, parcial ou integral, a outros elementos patrimoniais.
- (C) Do princípio do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL resulta que o valor original será mantido enquanto o componente permanecer como parte do patrimônio, inclusive quando da saída deste.
- (D) Do princípio do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL resulta que o uso da moeda do País na tradução do valor dos componentes patrimoniais constitui imperativo de homogeneização quantitativa dos mesmos.
- (E) Do princípio do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL resulta que é inadequada a utilização de qualquer tipo de CORREÇÃO ou ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.

Quando da aplicação da prova a questão era válida. No entanto, se tornou inválida devido a alterações trazidas pela resolução CFC Nº 1.282/2010 no artigo 7º da resolução CFC Nº 750/93. Cabe, no entanto, a oportunidade de apresentar o novo texto do artigo, a seguir:

39

Art. 7º O princípio do registro pelo valor original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

§ 1º As seguintes bases de mensuração devem ser utilizadas em graus distintos e combinadas, ao longo do tempo, de diferentes formas:

I. Custo histórico. Os ativos são registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos que são entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias, pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações; e

II. Variação do custo histórico. Uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes dos seguintes fatores:

a) Custo corrente. Os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis. Os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis;

b) Valor realizável. Os ativos são mantidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser obtidos pela venda em uma forma ordenada. Os passivos são mantidos pelos valores em caixa e equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações da entidade;

c) Valor presente. Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da entidade. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa que se espera seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da entidade;

d) Valor justo. É o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos;

e) Atualização monetária. Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

§ 2º São resultantes da adoção da atualização monetária:

I. a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo;

II. para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais, é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do Patrimônio Líquido; e

III. a atualização monetária não representa nova avaliação, mas tão somente o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período.

Gabarito "E"

2.5. Princípio da Competência

O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento, e pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.

A competência é o princípio que estabelece quando um determinado componente deixa de integrar o patrimônio, sendo as variações mais relevantes aquelas relacionadas ao registro da receita e da despesa.

A receita é considerada realizada:

- ✓ no momento em que há a venda de bens e direitos da entidade, com a transferência da sua propriedade para terceiros, efetuando estes o pagamento em dinheiro ou assumindo compromisso firme de fazê-lo num prazo qualquer.
- ✓ na extinção parcial ou total de uma exigibilidade (Exemplo: Perdão de uma multa);
- ✓ no surgimento do ativo sem o respectivo passivo, como no caso de recebimento de multas por atraso no pagamento de um título pelo cliente;
- ✓ no recebimento de doações.

Consideram-se incorridas as despesas:

- ✓ quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiros
- ✓ pela diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo;
- ✓ pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.

2.6. Princípio da Prudência

O princípio da prudência determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o Patrimônio Líquido.

O princípio da prudência pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais.

A seguir, estão apresentados exemplos de como o assunto é cobrado em questões de concursos públicos:

(Técnico da Receita Federal – 2003 – ESAF) Com relação aos princípios fundamentais de Contabilidade, assinale a opção incorreta.

- (A) O princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior, para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o Patrimônio Líquido.
- (B) O princípio da PRUDÊNCIA impõe a escolha da hipótese de que resulte menor Patrimônio Líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais princípios fundamentais de Contabilidade.
- (C) O princípio da PRUDÊNCIA somente se aplica às mutações posteriores, constituindo-se ordenamento indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA.
- (D) A aplicação do princípio da PRUDÊNCIA ganha ênfase quando, para definição dos valores relativos às variações patrimoniais, devem ser feitas estimativas que envolvem incertezas de grau variável.
- (E) O princípio da PRUDÊNCIA refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que originaram o registro.

41

A: De acordo com o artigo 10º da resolução CFC N.º 750/93; B: Item de acordo com o § 1º do artigo 10º da resolução CFC N.º 750/93 antes de ser revogado pela resolução CFC N.º 1.282/2010. Ainda assim, pelo caput do artigo, é possível concluir que o item está correto; C: Item de acordo com o § 2º do artigo 10º da resolução CFC N.º 750/93 antes de ser revogado pela resolução CFC N.º 1.282/2010. Ainda assim, pelo caput do artigo, é possível concluir que o item está correto; D: De acordo com o § 3º do artigo 10º da resolução CFC N.º 750/93 antes de ser revogado pela resolução CFC N.º 1.282/2010. Ainda assim, pelo caput do artigo, é possível concluir que o item está correto; E: O item está incorreto, pois as causas que originaram as mutações precisam ser consideradas para fins de registro contábil.

Gabarito “E”

(Auditor Fiscal da Receita Federal – 2003– ESAF) Quando o Contador registra, no fim do exercício, uma variação cambial para atualizar a dívida em moeda estrangeira; quando faz provisão para crédito de liquidação duvidosa; ou quando faz um lançamento de ajuste do estoque ao preço de mercado está apenas:

- (A) cumprindo a sua obrigação profissional.
- (B) executando o regime contábil de competência.
- (C) cumprindo o princípio fundamental da prudência.
- (D) satisfazendo o princípio fundamental da entidade.
- (E) seguindo a convenção do conservadorismo.